



## Futura sede do TRT da 5ª Região já tem anteprojeto

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Dr. Paulino Couto, apresentou o anteprojeto da futura sede daquela Corte ao coordenadores do SINDJUFE, Rogério Fagundes e Zuleide Leite, durante reunião realizada no dia 19 de fevereiro. A obra foi concebida pelo renomado arquiteto João Filgueiras Lima, "Lélé", está avaliada em R\$ 160 milhões e ocupará uma área de 25.000m<sup>2</sup> na Paralela.

**Pág. 3**



### Comemorações ao Dia Internacional da Mulher têm ampla programação

Um dia desmembrado em quatro. Assim o SINDJUFE celebrará o 8 de março, Dia Internacional da Mulher. As Coordenações Social, Esporte e Cultura, de Formação Política e Políticas Sociais e de Condições de Trabalho e Saúde Ocupacional programaram apresentação de debates nos dias 4, 5 e 6 de março, nas sedes do TRT, TRE e da Justiça Federal, com distribuição e sorteio de brindes. Estão confirmadas as presenças da Prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, e da Juíza Federal Nilza Reis. No dia 8, será realizado o encerramento festivo na sede social, com a apresentação de corais, sarau musical e literário e sorteio de brindes.

**Pág. 8**

### Veja também

**Julgamento do expediente interno do TRT no CNJ. Pág. 3**

**Resolução 53 tem repercussão nacional. Pág. 4**

**Adiado julgamento da Resolução sobre concurso de remoção no TRE. Pág. 5**

**SINDJUFE atua na luta parlamentar no Congresso Nacional pelos projetos de lei de interesse dos servidores do Poder Judiciário Federal. Pág. 6**

**SINDJUFE inicia campanha de sindicalização perante os servidores. Pág. 6**

**Coordenação Social, Esporte e Cultura do SINDJUFE anima a sede social. Pág. 7**

**Servidores comemoram carnaval no clube. Pág. 7**

**Novas conquistas e velhos preconceitos. Pág. 8**

**GT/BA sobre Plano de Carreira tem mais de 60% do projeto aprovado em nível nacional. Pág. 10**

**Representantes do SINDJUFE participaram do Fórum Social Mundial. Pág. 11**

**Quem deve pagar pela crise é quem a causou. Pág. 12**

**Adeus a Almir Neto. Pág. 12**

**Espaço do Leitor. Pág. 12**

# Coordenação Jurídica intensifica trabalho

Atuando firmemente na defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, a Coordenação Jurídica do SINDJUFE está fazendo um acompanhamento de mais de 100 processos de servidores, sem que estes paguem nada por isso, inclusive honorários de êxito. Entre eles, sindicâncias, processos administrativos, recursos administrativos e ações de indenização. Há processos ainda referentes a ações ordinárias, recursos junto ao TRF, TRT, TRE e aos Tribunais Superiores, CSJT e CJF.

Veja o andamento de alguns processos coletivos:

1. O Processo n. 2007.33.00.026180-5 está em curso na 3ª Vara Federal. O SINDJUFE, como substituto processual, atua visando a suspensão de descontos efetuados sobre os vencimentos dos substituídos, porquanto tais descontos, referentes ao auxílio-creche, decorrem de erro do TRT. Uma vez negado pedido de antecipação de tutela, foi interposto o Agravo de Instrumento n. 2008.01.00.042662-0/BA no TRF – 1ª Região e obtido efeito suspensivo, com a determinação de imediata suspensão dos descontos. O processo encontra-se concluso para sentença desde 26/01/09. Já o agravo de instrumento encontra-se concluso à relatora, desembargadora federal Neuza Maria Alves da Silva, desde 11/11/2008.
2. No Processo Administrativo n. 952.08.00174-35 (TRT), a luta do SINDJUFE é para assegurar o pagamento de ajuda de custo em face da remoção de diretor de secretaria por interesse da administração. Neste processo, foi interposto recurso administrativo em 14/11/08. Estamos confiantes em mais uma vitória.
3. Encontra-se também em andamento o recurso administrativo patrocinado pelo SINDJUFE visando restabelecer o pagamento do adicional de insalubridade para os servidores que trabalham no Setor de Arquivo do TRT. Com relação aos Setores de Malote e Transportes, o Sindicato está diligenciando providência jurídica para que sejam sanadas condições insalubres de trabalho ou, sucessivamente, que o Tribunal efetue o pagamento do respectivo adicional.
4. No Processo n. 1998.33.00.016602-1, o Sindicato, na condição de substituto processual, pleiteia que a União seja

condenada ao pagamento dos valores referentes à indenização de transporte aos substituídos que exerceram ou que estejam exercendo a função de oficial de justiça, inclusive referente aos meses vencidos, a partir da publicação da Lei n. 8.112/90. Este processo encontra-se no STJ, para julgamento do Recurso Especial n. 884482, e está concluso à relatora, ministra Maria Thereza de Assis Moura (6ª Turma), desde 20/10/2008.

## OUTRAS AÇÕES EM BRASÍLIA

Para as ações que estão pendentes de julgamento em Brasília, a Coordenação Jurídica do SINDJUFE vem adotando providências para otimizar o andamento dos recursos. Mensalmente, um dos advogados do Sindicato vai à Brasília realizar diligências de interesse da categoria. Isso aconteceu no mês de fevereiro, quando Dr. João Carlos Nogueira Reis acompanhou, entre outros processos, as ações de **quintos**. Ele informou que, no processo n. 2003.33.00.031536-0, a União entrou com embargos de declaração que foram rejeitados pelo Tribunal. O relatório, o voto e a ementa estão prontos para serem publicados desde o dia 20/01/2009.

Já os processos n. 2004.33.00.011547-2 e 2004.33.00.019403-2 estão no gabinete da Presidência do TRF – 1ª Região para despacho e admissibilidade ou não do recurso especial e extraordinário interposto pela União Federal, que deve ocorrer nos próximos dias.

O SINDJUFE vem criando estratégias para que os deslocamentos tenham o melhor aproveitamento com o menor custo. No mês de fevereiro, a viagem para Brasília coincidiu com a ocorrência de julgamento de interesse dos servidores. Já no mês de março, os advogados irão à Brasília na época do Coletivo Jurídico da FENAJUFE. Desse modo, as despesas da viagem para determinado evento serão aproveitadas também para o acompanhamento das causas nos Tribunais Superiores.

O Sindicato também patrocina diversas ações decorrentes de **LER/DORT**, dentre as quais vale ressaltar os seguintes processos: 2007.33.00.008670-5, no qual foi interposto recurso de apelação em 15/10/2008, e 2006.33.00.0161105-6, no qual o Sindicato impugnou o laudo pericial em 17/11/2008 e formulou quesitos complementares.

Já o processo de **agentes de portaria do**

**TRT** encontra-se na Secretaria de Recursos do TCU, aguardando adoção de medida preliminar, desde 17/12/2008. Na próxima viagem à Brasília, a nossa assessoria jurídica vai dar ênfase a esse processo.

Empenhados para responder aos anseios daqueles que procuram o SINDJUFE, os advogados realizam plantão semanal na sede do Sindicato, em Nazaré, nos dias de segunda-feira, das 9h às 17h, e nas sub-sedes para atender aos associados nos assuntos que digam respeito às questões do trabalho e, eventualmente, ações de interesses coletivos e difusos.

## Os advogados do SINDJUFE:

**O sindicato mantém nível de excelência na sua assessoria jurídica. Conheça nossos advogados:**

**Cláudio Santos Andrade** – Com 12 anos de experiência profissional na advocacia, foi graduado pela Universidade Federal da Bahia, no ano 1996. É pós-graduado em Direito do Trabalho e em Direito Previdenciário, ambos pela Universidade Federal da Bahia. Atuou como advogado da Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Bahia e também adquiriu experiência na área ao atuar em defesa do Sindicato dos Funcionários Públicos de Alagoinhas. Possui ainda diversos trabalhos publicados em periódicos. Endereço: Rua Miguel Calmon, n. 37, Edf. Belo Horizonte, 7º andar, sala 705 – Comércio.

**João Carlos Nogueira Reis** – Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia e especialista em Direito Tributário e Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET). Atua há 10 anos na defesa dos servidores públicos. Em várias questões de interesse do servidor, tais como a taxaço dos inativos, quintos, 28,86%, 11,98%, dentre outros. Endereço: Avenida Professor Magalhães Neto, n. 1752, Ed. Lena Empresarial, Salas 404/407 – Pituba.

Os coordenadores jurídicos do SINDJUFE são Cristiano Luis Matsumoto (TRT – Salvador), João Evódio da Silva Cesário (TRE – Juazeiro) e Francisco Antonio da Silva Filho (JF – Salvador). O e-mail do jurídico é [juridico@sindjufeba.org.br](mailto:juridico@sindjufeba.org.br). A Coordenação Jurídica conta também com o apoio da Secretária do Jurídico, Nívia Rosa, e da estagiária de Direito Carolina Santana Maciel.

# TRT já tem anteprojeto para a construção da nova sede



Construção moderna voltada para a preservação da vegetação e valorização do espaço. Este é o modelo da nova sede do TRT da 5ª Região, cujo anteprojeto criado pelo renomado arquiteto João Filgueiras Lima, “Lelé”, foi apresentado à coordenação do SINDJUFE pelo presidente daquela Corte, Dr. Paulino Couto, em reunião realizada no dia 19 de fevereiro. O TRT já tem o terreno onde vai ser construída a nova sede. Será na Paralela, num espaço de 25.000m<sup>2</sup>.

Lelé, que colaborou com Oscar Niemeyer na construção de Brasília e desenvolveu projetos para o Centro

Administrativo da Bahia (CAB), ficou responsável pela criação do projeto básico e executivo que compreende também o acompanhamento de toda obra. Após o carnaval, juntamente com Dr. Paulino, ele vai encaminhar o projeto ao secretário do Meio Ambiente, a Secretaria de Administração e também ao Tribunal de Contas da União para ser analisado.

No momento, o TRT dispõe de um valor de R\$ 30 milhões para ser usado no pagamento do projeto e na construção de um dos prédios. Para concluir a obra, avaliada em R\$ 160 milhões, Dr Paulino disse vai buscar parceria público-privada com os bancos, uma vez que o modelo apresentado no anteprojeto, formado por vários prédios, viabiliza essa tipo sociedade. *“Uma construção com vários módulos facilita essa parceria,*

*de modo que cada banco pode financiar um prédio, colocando uma agência no local”*, afirmou. Ele disse ainda que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica já se candidataram a financiar a obra. Esta última financia até a construção toda, se possível, em troca da exclusividade.

Na audiência, o SINDJUFE foi representado por Rogério Fagundes e Zuleide Leite. Também foram tratados outros assuntos, como Resolução 53 do CSJT, expediente interno do TRT e pedido de providências da OAB/BA no CNJ, PL 552/07, que cria 400 cargos no TRT, demandas específicas dos servidores de Feira de Santana e uma reivindicação dos companheiros de Juazeiro, relativas ao atendimento de protocolo após a finalização do expediente.



Nova sede do TRT

## Julgamento do expediente interno do TRT no CNJ

No início de fevereiro deste ano, a assessoria jurídica do SINDJUFE entrou em contato com o Setor de Informações Processuais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para obter informações sobre os procedimentos de habilitação como assistente ou interessado, nos autos referentes ao expediente interno do TRT da 5ª Região. Segundo orientação daquela unidade, o Sindicato poderia se habilitar até o dia anterior ao julgamento. O procedimento adotado foi exatamente esse.

Entretanto, o Pleno daquela Corte indeferiu a habilitação do SINDJUFE como assistente, alegando ter sido ela feita “de última hora”, e vetou nosso pleito para não abrir

precedente. O próprio relator havia admitido a participação do Sindicato como assistente, mas mudou o voto para julgar improcedente o pedido formulado pela OAB/BA de extinção do expediente interno do TRT.

Uma situação confusa ocorreu quando o presidente do CNJ chamou o representante dos servidores para falar, pois seria incompatível sua oitiva com o indeferimento da habilitação do Sindicato. O processo está com vista regimental. Vale salientar que não havia representantes do TRT da 5ª Região.

Em audiência no dia 19 de fevereiro, o presidente do TRT da 5ª Região, Dr. Paulino, acertou com o sindicato que garantirá a ida

de um representante daquele Tribunal para acompanhar e, se for necessário, esclarecerá eventuais dúvidas que surjam durante o julgamento. Consideramos esta uma importante vitória, pois é impossível apenas o presidente da OAB/BA, Saul Quadros, apresentar sua versão sobre o assunto e o Tribunal Trabalhista da Bahia não responder.

O SINDJUFE voltará a insistir na necessidade de ser ouvido e já está articulando com o TRT da Bahia para fazer ações em conjunto, inclusive novos memoriais, no intuito de manter a resolução e garantir o funcionamento com o expediente interno. O julgamento deve ser adiado para a primeira sessão de março deste ano.

# Resolução 53 tem repercussão nacional

Uma análise feita pela coordenação do SINDJUFE e trabalhadores do Poder Judiciário do Estado da Bahia (TRT e JF) a respeito das mudanças propostas na Resolução 53/2008, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), deixou os servidores preocupados, sobretudo na questão remuneratória, em razão de iminente possibilidade de redução das FCs.

De acordo com as informações que constam no Ato CSJT.GP.Nº 27/2007, o objetivo da criação do grupo de trabalho responsável pela concretização desta resolução era fazer um levantamento da atual realidade econômica, técnica e estrutural das varas do trabalho e tribunais regionais do trabalho. Foi de 120 dias o prazo estabelecido para esse grupo estudar a realidade atual desses órgãos quanto à sua estrutura física e de recursos humanos em relação ao movimento processual. No entanto, decisões impostas após esse levantamento, presentes na resolução, vão de encontro com a realidade das varas do trabalho e tribunais regionais do trabalho.

Foram identificados vários problemas nesta resolução, dentre eles:

1. Foi estabelecido um oficial de justiça para cada mil processos. Mas como fica a situação das varas trabalhistas quando o oficial estiver em férias, licenças ou em outros tipos de afastamento? Há que se considerar a jurisdição da VT e as grandes distâncias que o oficial de justiça avaliador federal, lotado no interior, tem que percorrer para cumprir seus mandados em áreas remotas.
2. Há equívocos quanto à compatibilidade da resolução com a Lei n. 11.416/06, art. 24, que estabelece autonomia dos órgãos do Poder Judiciário da União na fixação em ato próprio da lotação dos cargos efetivos, das funções comissionadas e dos cargos em comissão nas unidades componentes de sua estrutura. Também é de natureza inconstitucional quando determina e obriga que os tribunais tenham que fazer esse remanejamento e criar postos avançados da Justiça do Trabalho em face da independência e autonomia dos tribunais.
3. No art. 13 da resolução, ficou estabelecido que, para cada juiz do trabalho titular, haverá um juiz substituto e um assistente de juiz, decisão tomada sem analisar se existe disponibilidade de servidor e de FC5.

4. Problemas também relativos à questão da limitação de 20% de servidores para a área meio. Causa-nos estranheza, ainda, o enquadramento de áreas normalmente consideradas como judiciárias, incluídas pela resolução nas áreas administrativas (Acórdãos, Recurso de Revista, Cadastramento Processual, Central de Mandados, Distribuição de Feitos, Precatórios, Protocolo, Secretaria Judiciária e Serviço Processual).

5. Aumento da responsabilidade para os servidores com a criação do E-Despacho e, contraditoriamente, redução salarial das FCs.

6. Dificuldade de a administração encontrar secretários de audiências, dada a redução salarial da FC5 para FC3 e aumento de trabalho na secretaria.

7. Desconsideração das peculiaridades da realidade dos TRTs.

8. Atualmente, é insuficiente o número de servidores, situação que tende a se agravar com a implementação da resolução.

9. Na resolução analisada, as nomenclaturas das funções comissionadas não incluem, em sua maioria, a palavra chefia, o que ensejará a substituição sem remuneração. No atual regulamento da Secretaria do TRT – 5ª Região, a grande maioria das FCs possui a palavra “*chefia*” na sua denominação. Em decorrência disso, quase todas as substituições são remuneradas, conforme Portaria TRT5-220/2001, fundamentada na Resolução Administrativa do TST nº 737/2000.

10. Os agentes de segurança sequer foram mencionados nessa resolução, abrindo, dessa forma, um precedente perigoso no que tange a terceirização, sendo do conhecimento de todos a necessidade de reestruturação da segurança, principalmente no interior do Estado após o implemento do GAS (Gratificação dos Agentes de Segurança).

Devido às diferenças estruturais do TRT de cada Estado, essa resolução provocou manifestações diferenciadas em algumas regiões do país, uns rejeitando menos, outros mais. Mas levando em consideração a realidade da Bahia, essas mudanças propostas vão causar sérios impactos na vida do servidor.

Um estudo detalhado realizado pela coordenação do SINDJUFE e apresentado

aos servidores na assembléia realizada no dia 20 de janeiro, no prédio das varas trabalhistas, mostrou que esta resolução vai de encontro a pontos de natureza constitucional, dentre eles, a questão da autonomia dos órgãos do Poder Judiciário (TRTs e TST), em face do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Também porque os servidores solicitaram a participação na Comissão através da FENAJUFE, mas não foram atendidos, muito embora, discriminatoriamente, a ANAMATRA tenha participado da aprovação da resolução.

## ESTUDO

A servidora Ednice Mello dos Santos Cruz, em nome do SINDJUFE, participou de reunião para tratar das dúvidas relacionadas à Resolução CSJT 53/2008, realizada na sala de reuniões do Gabinete da Presidência do TRT da 5ª Região, no dia 30 de janeiro. Foram discutidos pontos levantados na reunião ocorrida no dia 27 de janeiro. Entre as conclusões, constam:

1. A comissão entendeu que a nomenclatura das funções instituídas pela resolução não afetará a sistemática de substituição remunerada, haja vista que o que define isso é a natureza da atividade desempenhada, que tem respaldo no Regulamento Geral de Secretaria.
2. O art. 4º trata da lotação de oficiais de justiça por vara do trabalho, em razão do número de processos. Se o aumento do número de oficiais tem por parâmetro apenas a quantidade de processos, como resolver a questão das diferenças regionais, em termos de dimensão e dificuldade de acesso?
3. Como devem se comportar os TRTs que têm estrutura de execução diferenciada, com menos oficiais de justiça inclusive, que dão maior eficiência ao cumprimento dos mandados? Qual o limite objetivo para a designação de mais oficiais de justiça para varas do trabalho com mais de 1.000 processos por ano?
4. Nas hipóteses em que os oficiais de justiça não estiverem vinculados à vara do trabalho, mas a outra estrutura administrativa, a atividade será enquadrada como atividade meio ou atividade fim?
5. Como vincular o assistente ao juiz substituto que nem sempre é convocado? O assistente passa a ter tratamento diferenciado em relação aos assistentes de juiz titular, que têm atividade permanente?

6. Se não houver servidores ocupantes de cargos de nível superior com formação em Direito, os TRTs terão de propor aumento de quadro?
7. Durante as férias dos juízes (60 dias), qual o parâmetro para a atuação dos assistentes, se estes têm 30 dias de férias? Cada tribunal tratará a matéria como quiser?
8. E se o perfil do juiz substituto convocado por longo período exigir a presença do assistente fora da sede?
9. Qual o significado da expressão “atividade-meio” diante das nomenclaturas das atividades administrativas descritas no anexo IV e da expressão “atividades administrativas” previstas nos artigos 1º, 2º, 3º e 9º?

### POSIÇÃO DO SINDJUFE

Diante da relevância das mudanças propostas nesta resolução, o SINDJUFE realizou, no dia 20 de janeiro, uma assembléia que, além de analisar esta resolução juntamente com os servidores, concluiu que ela pode contribuir para o agravamento dos problemas administrativos da

instituição, acentuando ainda os problemas de saúde crescentes no TRT (a resolução em nenhum momento se preocupa com a questão da saúde ocupacional; só pensa em produtividade), além de aumentar o desvio de função.

O SINDJUFE irá questionar a constitucionalidade/legalidade da resolução e sua implementação, bem como a aplicação do E-Despacho pelo TRT – 5ª Região. Vai participar também da comissão instituída pelo TRT para análise da Resolução 53 do CSJT, na pessoa de Rogério Fagundes, I Coordenador Geral, e de Ednice Cruz, como suplente na Comissão. Na assembléia, ficaram claros o interesse e mobilização da categoria para lutar contra as implicações – ou complicações? – resultantes da observância das determinações da questionada resolução, não se descartando, esgotadas alternativas, a decretação de greve.

Judicialmente, o SINDJUFE questionará a inconstitucionalidade da resolução que foi instituída sem que os sindicatos dos servidores fossem ouvidos (apesar de ouvirem a ANAMATRA, entidade dos

magistrados) e interfere na autonomia dos tribunais, além de ilegalidades, como acima apontadas. A minuta da ação está sendo finalizada e será levada ao coletivo jurídico da FENAJUFE para possíveis ajustes.

Na audiência com o presidente do TRT da 5ª Região, Dr. Paulino Couto (ver matéria específica neste jornal), o Sindicato questionou quanto ao prazo de cumprimento, pelo TRT/BA, da citada resolução. O presidente informou que, na última reunião do Colepccor, os presidentes e corregedores aprovaram solicitar ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho que o prazo seja ampliado para o cumprimento do que a resolução determina.

O Sindicato, por outro lado, informou as medidas que irão ser tomadas pela entidade, conforme explicado acima, e que irá questionar, no âmbito do TRT, o cumprimento do E-Despacho, já que haverá um aumento do trabalho e da responsabilidade dos servidores da secretária e, contraditoriamente, redução da sua remuneração de acordo com a Resolução 53 do CSJT, em face da redução do número e dos valores das FCs.

## Adiado julgamento da Resolução sobre concurso de remoção no TRE

Apesar da expectativa pelo julgamento da Resolução n. 22.660/2007, do TSE, que garante a remoção para servidores, e do empenho feito pelo Sindicato para agilizar a votação, a juíza Cynthia Maria Pina Rezende, do TRE/BA, pediu vistas do processo, retardando a definição. A magistrada alegou que precisava estudar melhor o assunto para formar seu convencimento. O Sindicato está tentando marcar uma reunião com a magistrada para tentar antecipar o julgamento, já que, em princípio, ele só retornará à pauta do dia 17 de março deste ano.

### AÇÕES DO SINDICATO

O Sindicato tem atuado sistematicamente para aprovação da resolução do TRE/BA, que disciplinará a remoção no âmbito do nosso Estado. O processo

estava em tramitação a um bom tempo, sem julgamento, o que prejudicava a vida dos servidores, principalmente do interior do Estado, já que não havia o concurso de remoção. Com gestões realizadas pela entidade sindical, conseguimos fazer com que o processo finalmente entrasse em julgamento no último 17 de fevereiro.

Em duas reuniões com o juiz federal Evandro Reimão, o Sindjufe defendeu a realização de uma audiência pública com o objetivo de permitir que os servidores possam, numa sessão pública em um único dia, escolher o local que melhor lhe interessa e, com isso, liberar de imediato a vaga para outro servidor sucessivamente, agilizando a acomodação dos servidores dentro dos quadros da Justiça Eleitoral.

Também fruto de uma pesquisa realizada com os servidores, o Sindicato defendeu que o TRE mantivesse aqui na Bahia os

mesmos termos da Resolução n. 22.660, do TSE, assim reproduzidos os mesmo critérios para desempate. Entretanto, nas conversas mantidas com juiz federal Evandro Reimão, aparentemente não conseguimos demovê-lo de sua decisão que agregava aos critérios de desempate a colocação no concurso público, alterando assim a resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

O Sindjufe vai requerer participação na sessão que discutirá a referida resolução, defendendo que se mantenha o inteiro teor da resolução do TRE e, por conseguinte, retire a proposta de acrescentar a colocação no último concurso como critério de desempate. Entendemos que a classificação no concurso público só deve servir para ingresso na investidura e que os servidores agora estão em igualdade de condições.

# SINDJUFE atua na luta no Congresso Nacional por projetos de lei de interesse do trabalhador do Judiciário Federal

O SINDJUFE, com o apoio da FENAJUFE, solicitou do assessor parlamentar do Departamento de Assessoria Parlamentar - DIAP, Antonio Augusto de Queiroz, um parecer sobre o andamento dos projetos de lei que interessam aos servidores do Poder Judiciário Federal na Bahia. Veja abaixo:

1. Foi constatado que é difícil a criação de tribunais regionais federais por meio da PEC 544/02, especialmente neste momento de crise. A última vez que ela entrou na pauta foi em 19 de novembro de 2003. Nem o Governo nem a oposição têm interesse em sua aprovação. Para que tenha alguma chance de votação, o movimento deve ser intenso por parte de todos os interessados, pressionando os parlamentares durante longo período, até que eles resolvam votar, mesmo enfrentando a resistência do governo. Precisamos nos unir aqui na Bahia e em Sergipe para que possamos criar o nosso TRF da 8ª Região, de fundamental importância para desafogar a Justiça Federal, melhorando o acesso dos jurisdicionados que têm procurado cada vez mais essa Justiça, principalmente com a criação dos juizados especiais federais.
2. Quanto ao PL 552/07, que trata da criação de cargos do TRT da 5ª Região (cerca de 400 cargos), ele se encontra na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, onde recebeu parecer favorável do relator, deputado Pedro Eugênio (PT/PE), em dezembro. Sua

apreciação deverá ocorrer na comissão a partir de fevereiro de 2009. Já com parecer favorável, o presidente da comissão deve ser procurado assim que for eleito, para colocar o projeto em pauta e votá-lo imediatamente. Por outro lado, o requerimento de urgência que foi aprovado pela Câmara dos Deputados continua engavetado, aguardando que o presidente Michel Temer paute-o para apreciação do plenário, o que aceleraria a sua aprovação. Uma boa notícia é que já há recursos para o projeto na Lei Orçamentária Anual. Entretanto uma questão que está em negociação é a criação das funções comissionadas dentro do projeto. O deputado Guilherme Campos, do Democratas, levantou obstáculos na sua aprovação. O Sindjufe está acompanhando essa discussão. Inclusive em audiência realizada no dia 19 de fevereiro, o presidente do TRT da 5ª Região, Dr. Paulino Couto, prontificou-se a atuar conjuntamente com aquele Tribunal para aprovar o mais rápido possível o referido projeto.

3. Já o PL 5829/05, que cria cargos na Justiça Federal, aguarda inclusão na ordem do dia, no plenário da Câmara dos Deputados, desde 20 de novembro de 2007. Já foram apresentados mais 20 requerimentos para votação da matéria, mas o projeto não vai para votação. A pressão deve continuar em 2009, especialmente sobre o presidente da Câmara. Michel

Temer tem compromisso com a matéria e, portanto, há chances de votação logo nos primeiros meses de 2009.

4. O PL 319/07, que altera o PCS dos servidores do Judiciário Federal, garantindo questões relativas à remoção e ao adicional de qualificação para os técnicos, dentre outras, está na Comissão de Finanças da Câmara aguardando designação do relator. O trabalho de pressão deverá ser feito sobre o presidente da comissão. Já foi aberto o prazo de emenda e nenhuma foi apresentada. Após votado nesta comissão, segue para a Comissão de Justiça da Câmara e, depois, direto para o Senado, exceto se houver recurso para a votação do projeto no plenário.

Em razão de inúmeros projetos de lei de interesse dos trabalhadores do Poder Judiciário Federal em tramitação no Congresso Nacional e de outras questões que são apreciadas nos conselhos em Brasília, o sindicato contratou, pela primeira vez na história, um assessor para acompanhar nossas demandas de forma mais precisa e específica. Trata-se de Alexandre Marques, que já atua nesta área para alguns sindicatos. Desta forma, além do acompanhamento de Toninho do DIAP, assessor da FENAJUFE, teremos também mais esta assessoria, que fará acompanhamento sistemático dos projetos, informando ao Sindicato os melhores caminhos para que matérias de nosso interesse sejam aprovadas pelo Congresso Nacional.

## Iniciada campanha de sindicalização perante os servidores



Visita a Vara Trabalhista de Juazeiro

A atual Diretoria do SINDJUFE tem pouco tempo de posse, tendo assumido em 31 de outubro de 2008. Desde então, tivemos o recesso, o mês de

janeiro, quando muitos entram em férias, e o carnaval. Mesmo assim, esta mesma Diretoria já começou a fazer uma grande campanha de sindicalização com os servidores, principalmente visitando o interior do estado. Foram visitadas as Varas Trabalhistas de Santo Antonio de Jesus, Feira de Santana, Cruz das Almas e Juazeiro, além do Cartório Eleitoral de Santo Antonio de Jesus.

Nestes momentos, os diretores explicaram para os servidores as metas da nova diretoria da entidade, além de ouvir as queixas que vão deste as relações com

o Sindicato até as relativas ao trabalho. Em breve, haverá outras ações no intuito de fortalecer cada vez mais o nosso principal instrumento de luta que é o nosso SINDJUFE.



Visita a Vara Trabalhista de Santo Antonio de Jesus



# Servidores comemoram carnaval no clube



Na piscina, próximo ao palco ou nas sombras das árvores, servidores, amigos e familiares aproveitaram o sábado de sol para participar do **“Grito de Carnaval 2009”**, festa promovida pela Coordenação Social, Esporte e Cultura do SINDJUFE, no último dia 14, na sede social, para festejar o carnaval.

Iniciada às 10h, quem abriu a festa foi uma banda de fanfarras que tocou sucessos atuais e relembrou músicas de outros car-

navais. Já a banda Vozes da Terra se apresentou trazendo variados ritmos musicais. A cantora Kássia, que tem sua marca na história do *axé music*, juntamente com sua banda, fez o público cantar e dançar com sucessos atuais e aqueles que marcaram sua carreira.

Os aposentados, por sua vez, com uma programação especial realizada através da Coordenação de Aposentados, compareceram juntamente com seus familiares e

abrilhantaram a festa. Para o público infantil, o banho de piscina, o pula-pula e a imensa área verde que lhes permite brincar à vontade foram só uma parte da festa. Palhaços e personagens de desenho animado e das histórias infantis animaram ainda mais o carnaval da criançada com muitas brincadeiras e distribuição de algodão doce.

Este evento que encerra as atividades do projeto **“Música no Clube”** foi celebrado também pelas coordenações do Sindicato que, além de festejar o carnaval, comemoraram com os servidores a revitalização da sede social. Em discurso, o I coordenador-geral do SINDJUFE, Rogério Fagundes, disse que a luta pela revitalização do clube é um dos projetos que a diretoria tem pela frente.

As próximas atividades a serem realizadas no clube serão em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março (*veja matéria na próxima página*). Para isso, a Coordenação Social, Esporte e Cultura, a Coordenação de Formação Política e Políticas Sociais e a Coordenação de Condições de Trabalho e Saúde Ocupacional vão trabalhar juntas para a realização de evento que acontece na primeira semana de março. Serão realizadas palestras em cada Tribunal e o encerramento será feito na sede social.

## Coordenação Social, Esporte e Cultura do SINDJUFE anima a sede social

Apresentações musicais nos finais de semanas, investimento na infraestrutura, melhoria no atendimento ao servidor. Essas são algumas entre as ações realizadas pela nova Coordenação Social, Esportes e Cultura do SINDJUFE que, desde o início da atual gestão, em novembro de 2008, trabalha para concretizar as propostas apresentadas à Diretoria do Sindicato.

Os investimentos são tanto de ordem estrutural como também na criação de um espaço que ofereça mais lazer para o servidor e sua família. Para isso, foi promovido o projeto verão **“Música no Clube”**, através do qual variados estilos musicais foram apresentados nos finais de semana, além de jogos, brincadeiras, oficinas e animador para o público infantil. Veja adiante matérias a respeito

das atividades no nosso clube.

A coordenação entende que um espaço com ampla área verde, parque infantil, salão de jogos, berçário, piscinas adulto e infantil, campo de futebol e restaurante é uma excelente forma de lazer para os associados, os quais também podem desfrutar desse espaço para a realização de eventos particulares. Acreditando que a sede social é um bem comum que pertence a todos os trabalhadores do TRT, TRE e JF da Bahia, a nova gestão tem como objetivo trabalhar em parceria com os associados, para que estes possam colaborar para a sua melhoria através de sugestões.

Novos investimentos serão feitos no clube ainda este ano: na parte estrutural, reforma dos bancos das arquibancadas e toaletes, construção de um quiosque próximo ao campo de futebol e novos videogames. Tam-

bém encontra-se em estudo a instalação de lava-jato em ação conjunta com a comunidade de Cassange, localidade onde fica o clube. Já na parte de entretenimento, serão realizadas atividades recreativas para a criançada. Para os adultos, haverá campeonatos de baralho, dominó, futebol, feira de artesanato, bingos, apresentações teatrais e de dança de salão, além eventos comemorativos.

*“Temos consciência de que não podemos suprir todas as carências imediatamente. Porém, sentimos a necessidade da presença dos nossos colegas em nossa casa para que possam avaliar nosso trabalho e participar da gerência da sede social”*, afirmam os coordenadores responsáveis pela sede social, Zuleide Leite (TRT), Alíne Esquivel (TRE) e Gilveraldo Dórea (JF).

# Semana da Mulher tem ampla programação



As Coordenações Social, Esporte e Cultura, de Formação Política e Políticas Sociais e de Condições de Trabalho e Saúde Ocupacional unem-se para organizar as comemorações ao Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março. Mas os eventos não serão restritos a um único dia. Assim, a Semana da Mulher trará programação variada.

Nos dias 4, 5 e 6 de março, serão realizados debates nas sedes do TRT, TRE e da Justiça Federal. Confira os temas, horários e locais no box ao lado. Os eventos têm presença confirmada da Prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, e da Juíza Federal Nilza Reis.

Brindes serão distribuídos às 50 primeiras mulheres que chegarem aos debates e, no final, haverá sorteios de outros mais. Após cada debate, será oferecido um coquetel de confraternização. As colegas do interior receberão brindes e partici-

parão dos sorteios como reconhecimento de uma ausência justificada.

No dia 8, teremos o encerramento festivo no clube com a apresentação dos corais do TRT e do grupo Cantarolando, este último patrocinado pelo SINDJUFE e pela ASSERJUF. Também haverá sarau musical e literário e sorteio de brindes.

Os temas da comemoração ao Dia Internacional da Mulher deste ano foram bastante reduzidos. Ficaram de fora assuntos importantes como a crise econômica, o feminismo, o aborto, a Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher, incluindo aí a mulher doméstica etc. Quem sabe no próximo ano abordaremos tais assuntos.

Por hora, convidamos todos os servidores – e principalmente as servidoras – do TRT, TRE e Justiça Federal a prestigiarem essa iniciativa do SINDJUFE e comparecerem aos debates nos três locais, mostrando que lugar de mulher é em todos os lugares onde se disputa hegemonia. Na Justiça Federal, o Sindicato fez parceria com a ASSERJUF.

Apesar do título do evento, as atividades não se destinam unicamente às mulheres, pois, como todos sabem, a morte das mulheres ocorrida em 8 de março de 1857 foi consequência de uma manifestação em defesa do emprego e salário, ou seja, foi

uma luta delas enquanto trabalhadoras.

Porém, não podemos esquecer que coube às mulheres a maior parte da exploração, com salários menores e tripla jornada, além de ocuparem os postos mais vulneráveis às crises econômicas e serem alvo das maiores exigências e rigidez na divisão dos papéis sociais.

Diariamente as mulheres se vêem às voltas com problemas na esfera familiar e no mundo do trabalho. Nesse sentido, é preciso reforçar a quebra dessa lógica, mostrando que mulheres e homens devem ser sempre parceiros, que não ocupam degraus hierárquicos nos ambientes das nossas relações e que têm os mesmos direitos, deveres e valor em todas as esferas de poder.

## PROGRAMAÇÃO:

**Dia 4 - Debate: A MULHER E O PODER**  
 – A importância da participação feminina em todos os espaços, as consequências disso e como alcançar essa participação.  
 Local: Auditório do TRE, às 17h

**Dia 5 - Debate: A DITADURA DA BELEZA**  
 – Aspectos benéficos e maléficos da busca pela beleza.  
 Local: Auditório do TRT (Comércio), às 17h

**Dia 6 - Debate: A TRIPLA JORNADA, assédio moral e sexual.**  
 Local: Centro de Treinamento da Justiça Federal, às 17h

## Novas conquistas e velhos preconceitos

Filhos sem mães, pais sem filhas, maridos sem esposas. No dia 8 de março de 1857, em meio a uma greve cuja reivindicação era sobretudo a redução da carga horária trabalhada de 16 para 10 horas por dia, 130 operárias de fábricas de vestuário e indústria têxtil foram queimadas na fábrica Triangle Shirtwaist, em Nova York. Este fato transformou o 8 de março no Dia Internacional da Mulher, assim declarado a partir da Internacional Socialista realizada em Copenhague, em 1909.

Muitos outros protestos se seguiram após o episódio de 8 de março, destacando-se o de 1908, onde 15 mil mulheres marcharam mais uma vez sobre a cidade de Nova York, exigindo a redução de horário, melhores salários e direito ao voto.

No Ocidente, o Dia Internacional da

Mulher foi bastante comemorado durante as décadas de 1910 e 1920 e revitalizado pelo movimento feminista na década de 1960. O ano de 1975 foi designado como o Ano Internacional da Mulher. Desde então, a Organização das Nações Unidas começou a patrocinar o Dia Internacional da Mulher.

Embora a passos lentos, muita coisa mudou graças à luta de muitas mulheres que culminou em punição para uma grande parte delas. Mas elas não se renderam, e, aos poucos, conquistaram espaço cada vez maior na vida pública e direitos essenciais, como o direito ao voto. Conquistaram ainda a igualdade de direitos no contrato matrimonial, como partilha de bens. O papel da mulher deixou de ser exclusivamente de gestora de um novo

ser e dona do lar, para algo bem maior e esplendoroso, que a transforma em pessoa feliz e realizada.

Nas empresas, órgãos públicos, em várias modalidades de esporte e na política, é impossível não notar a participação feminina. Nas salas de aulas, são maioria, seja na posição de professora ou estudante. No trânsito, são as menos causadoras de infrações. Na TV e demais meios de comunicação, não ocupam espaço somente nos programas de culinária. A prova disso é o encanto dos textos da jornalista Malu Fontes, o profissionalismo de Dora Kramer, Mirian Leitão e tantas outras. Assuntos como economia, política e esporte passaram a ser discutidos também pelas mulheres. Elas são maioria nos conselhos de base de diversos organismos institucionais.

Porém a inversão ocorre nas mais altas esferas de poder, onde a supremacia é masculina. Por isso a luta ainda é necessária, haja visto que o poder precisa estar ligado à competência e capacidade e não ao sexo, cor ou etnia. Não bastasse isso, o salário ainda é inferior, mesmo que esteja no mesmo cargo ocupado por um homem.

Há muito o que se fazer. Há de se combater a violência sexual (que faz vítima também seus filhos ainda crianças), o assédio moral, o uso e exploração do corpo como produto. Há de se combater o silêncio, por medo ou vergonha, ante a violência doméstica.

O objetivo para a criação dessa data não foi comemorar, mas lembrar fatos e principalmente discutir o papel da mulher na sociedade atual, bem como combater o preconceito e lutar pelo adequado reconhecimento. Tudo ainda é pouco, pois a discriminação e violência continuam, mas, com luta, coragem e competência, a mulher conquistará o empoderamento necessário e justo.

### MARIA DA PENHA

No Brasil, a Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2007, foi criada para proteger a mulher, principalmente

dos atos violentos praticados pelo companheiro que, em muitos casos, torna-se o principal adversário para suas conquistas. Esta lei foi baseada na vida de uma mulher, hoje símbolo contra a violência doméstica. Maria da Penha lutou 20 anos para ver seu agressor condenado. Em uma das tentativas de matá-la, ela a deixou paraplégica. Diante tal brutalidade, o caso chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acatou, pela primeira vez, a denúncia de um crime de violência doméstica. O agressor foi preso e cumpriu dois anos de prisão. Hoje está em liberdade.

## Plano de Carreira

### Debates na comissão interdisciplinar se intensificam e vários pontos já foram aprovados

A cada semana que passa, os trabalhos da comissão interdisciplinar sobre Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal tomam novos rumos e os debates se intensificam entre os representantes dos tribunais superiores e os dirigentes das entidades sindicais. Nesta semana, os coordenadores da Fenajufe Saulo Arcangeli e Roberto Policarpo defenderam, mais uma vez, as reivindicações da categoria, definidas na reunião ampliada realizada no final de novembro do ano passado, com a participação de mais de 170 pessoas. É importante ressaltar que todas as demandas apresentadas pela Fenajufe nas reuniões da comissão interdisciplinar foram aprovadas pela categoria, após intensos debates nos Estados e em Brasília.

O coordenador Saulo Arcangeli entregou oficialmente, durante reunião no dia 19 de fevereiro, o documento sistematizado pelo GT de Carreira da Fenajufe, com todas as reivindicações aprovadas pela categoria. Saulo também explicou aos demais membros da comissão que a Fenajufe contratou uma assessoria, que vai fechar, junto com o GT, a minuta final do anteprojeto do Plano de Carreira.

De acordo com o coordenador da Federação, ao longo das últimas reuniões vários pontos já foram aprovados, alguns favoráveis e outros contrários às propostas dos servidores. Na avaliação de Saulo, o debate na comissão vem se intensificando, embora as discussões estejam sendo guiadas pelos artigos do PCS 3. “Precisamos ficar atentos para que o resultado não seja mais um Plano de Cargos

e Salários. O que os servidores querem e precisam é de um verdadeiro Plano de Carreira, conforme demonstraram durante as diversas discussões realizadas ao longo de 2008 nos Estados e em nível nacional”, pontua Saulo.

Ele ressalta, portanto, que apesar de serem discutidos artigo por artigo do PCS 3, os representantes da Fenajufe na comissão estão insistindo para incluir a proposta de Plano de Carreira da categoria.

Confira abaixo os pontos que já foram discutidos e aprovados pela comissão interdisciplinar:

- 1) Criação do cargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal.
- 2) Exclusão da proposta da Fenajufe de criação do cargo de Auxiliar de Apoio Judiciário (quarto cargo).
- 3) O deslocamento do servidor a pedido ou no interesse da administração se dará por redistribuição ou remoção (na reunião do dia 3 de março representantes dos tribunais apresentarão critérios para a remoção).
- 4) Ocupação de FCs: 100% da carreira e 80% do quadro. Ocupação de CJs: 80% da carreira e 60% do quadro. Foi aprovada a realização de um estudo em todos os órgãos do Poder Judiciário para saber a quantidade de FCs e CJs, com o respectivo impacto orçamentário. O objetivo é, a partir do resultado do estudo, discutir a proposta da Fenajufe de redução das funções e demais critérios para ocupação de FCs e CJs.
- 5) Proibição da terceirização nas áreas de atividades e atribuições.

6) Transformação da GAJ em GJ (Gratificação Judiciária).

7) Transformação da GAE em GEM (Gratificação de Execução de Mandados) e da GAS em GS (Gratificação de Segurança).

8) Definição da Carreira Judiciária como Exclusiva de Estado.

9) Manutenção do artigo contra o nepotismo, já previsto no PCS 3.

10) Os órgãos do Poder Judiciário Federal poderão incluir, preferencialmente, como etapa do concurso público, programa de formação, de caráter: a) *eliminatório*, b) *classificatório* ou c) *eliminatório e classificatório*. A proposta da Fenajufe de ser apenas classificatório não obteve êxito na comissão.

11) A partir do documento sistematizado com o resultado da reunião ampliada da Fenajufe, serão discutidos na reunião no dia 3 de março os seguintes temas: cargos, áreas de atividade, atribuições e requisitos de escolaridade e desenvolvimento na carreira (progressão e promoção funcional).

De acordo com Saulo, durante o debate sobre a remuneração, ele apresentou a proposta da progressão vertical e horizontal, conforme aprovado na reunião ampliada. Ficou acordado que essa proposta da Fenajufe será encaminhada para os órgãos competentes dos tribunais superiores analisarem e apresentarem um parecer para debate na comissão interdisciplinar.

# GT/BA sobre Plano de Carreira tem mais de 60% do projeto aprovado em nível nacional

Depois da apresentação em plenária deliberativa nacional em Brasília, realizada em novembro do ano passado, o projeto de Plano de Carreira criado pelo Grupo de Trabalho (GT) do SINDJUFE/BA teve mais de 60% do seu conteúdo aprovado.

Após a sistematização e retirada de inconsistências, o produto do GT da Bahia, somado ao dos outros Estados da Federação, foi transformado em projeto de lei pelo GT Nacional e seguiu para a comissão interdisciplinar composta pelos tribunais superiores, Fenajufe e Sindjus-DF. A nossa contribuição foi a que recebeu mais elogios.

O SINDJUFE acredita que um Plano de Carreira não se resume a um projeto de cargos e salários, mas é também a luta por melhores condições de trabalho, para garantir a saúde do trabalhador, o desenvolvimento pessoal e profissional. O GT, além de debater e produzir formulações acerca da carreira do Judiciário, desenvolve estudos para melhor construir um projeto que corresponda às necessidades dos servidores.

As instituições do Judiciário buscam produtividade e eficiência. Mas esses aspectos precisam ser conduzidos sem comprometer a saúde do trabalhador e, ao mesmo tempo, deve estabelecer oportunidade de capacitação e desenvolvimento

a todos os servidores.

Trazendo questões que há tempos fazem parte da luta do servidor, entre os pontos aprovados no projeto, constam:

- carreira única, ou seja, todos os cargos constantes de lei fazem parte da carreira judiciária;
- quadro único, no qual será possível a remoção no âmbito dos seus ramos e entre unidades da Federação;
- terceirização, sobre o que o Plano de Carreira tem disposição totalmente contrária, uma vez que procura garantir o ingresso dos servidores nos níveis fundamental, médio e superior;
- cargos de oficial de justiça avaliador federal ganha esta nova nomenclatura e outras implicações;
- critérios para ocupação de FCs e CJs serão democráticos e objetivos, baseados no tempo de serviço ou referencia na carreira, experiência no setor, capacitação específica e avaliação, processo seletivo, guardando o princípio do revezamento periódico e o caráter privativo de ocupação entre os servidores do quadro.

Sabemos que todos os pontos apresentados não serão implementados na íntegra, pois necessitam do consenso de

outros Estados que vivem realidades diferentes, mas o GT da Bahia saiu fortalecido neste debate.

Já a tabela salarial será reestruturada para que o piso não ultrapasse o teto. A nova tabela, que garante aumentos substanciais de pisos e tetos, está sendo construída a partir do projeto da Bahia e Brasília. O texto que está sendo produzido será examinado a partir de março de 2009.

## FAÇA PARTE DO GT

O SINDJUFE, além de contratar uma assessoria especializada, montou o Grupo de Trabalho aberto à participação de toda a categoria e que vem se reunindo desde agosto de 2008. Nesse grupo, qualquer servidor pode participar das atividades do GT ou acompanhar o trabalho desenvolvido. As reuniões acontecem na sede do Sindicato, às quartas-feiras, a partir das 18h30min.

Ainda que nem todos os estudos e produtos do GT da Bahia sejam utilizados para o projeto que está em Brasília, eles servirão para outras discussões sobre carreira, já que sabemos que um plano de carreira plena necessita de profunda análise e de alterações na própria Constituição Federal.

## Espaço do Leitor

### Mensagem de apoio ao SINDJUFE

Salta aos olhos a ingratidão e ignorância de certos filiados. Principalmente daqueles que, apesar de leigos, a prática forense tem auxiliado no entendimento das questões jurídicas. Para estes o desconhecimento dos efeitos do instituto da coisa julgada é imperdoável. Além disso, deve-se considerar os benefícios conquistados pelo SINDJUFE-BA, homenageando todos os dias esta entidade que tão bem desempenha a função de representação de nossa categoria. Desta forma, manifestamos nosso apoio a todos da direção do SINDJUFE-BA, entendendo que qualquer pronunciamento desfavorável ao Sindicato é simplesmente incoerente, ofensivo e inoportuno. PARABÉNS AO SINDJUFE-BA PELA SUA ATUAÇÃO. Vamos à luta.

*Servidores da Vara do Trabalho de Senhor do Bonfim-BA.*

### Colegas da VT de Juazeiro comentam Ato 24/2009

Gostaria de informar que os servidores da 1ª Vara do Trabalho de Juazeiro continuam confiando no trabalho do SINDJUFE, sem o qual não teríamos conseguido vitórias importantes para a nossa categoria.

Na oportunidade, com referência ao Ato TRT5 24/2009, publicado no Diário do dia 16/02/09, gostaríamos de registrar a nossa insatisfação.

Ora, se a Vara precisa ficar aberta das 17h às 18h, mesmo que somente para o protocolo, então não existe horário interno. E, ainda, os investimentos em projetos e tecnologias para facilitar o acesso ao Judiciário são notórios: e-doc, print, etc, ficando evidente quão desnecessária é esta uma hora a mais, que tanto nos faz falta para o serviço interno.

*Servidores da 1ª Vara do Trabalho de Juazeiro*

### SINDJUFE esclarece

Na audiência que tivemos com o presidente do TRT, Dr. Paulino Couto, tratamos dessa questão. Sabemos da dificuldade gerada em função do Ato TRT5 24/09. Entretanto, diante da discussão sobre expediente interno enfrentada no CNJ (ver matéria específica neste jornal), não temos condições para revermos, muito embora conseguimos o apoio do Presidente para que seja encaminhada uma circular a todas as Varas, enfatizando que o atendimento das 17h/18h é somente para o protocolo e que, caso seja possível, seja restringido o acesso à Secretaria das Varas, recebendo-se as petições em janelas ou outras formas, a fim de evitar conflito entre partes e advogados que insistirem em ser atendidos fora do expediente e que não seja serviço de protocolo.

# Representantes do SINDJUBE participaram do Fórum Social Mundial

Estudiosos, militantes de movimentos sociais, sociedade civil e estudantes de várias partes do mundo se reuniram em Belém, na 8ª edição do Fórum Social Mundial, que aconteceu entre 27 de janeiro a 1º de fevereiro deste ano. O SINDJUBE, através dos seus coordenadores, também se fez presente nesse evento, cujo resultado foi o desenvolvimento de mais de 2.500 atividades.

O Fórum Social Mundial foi cenário para discussão de temas como meio ambiente e efeitos das mudanças climáticas sobre as populações da Amazônia, integração regional, crise econômica e perspectivas para a esquerda. Ainda fizeram parte dos debates os problemas enfrentados por migrantes ao redor do mundo, a demarcação de terras indígenas, a questão palestina, entre muitos outros assuntos.

Para o coordenador de Comunicação do SINDJUBE, Gésner Braga, um evento como o Fórum Social Mundial proporciona uma ampla troca de idéias e experiências com pessoas ligadas ao movimento sindical em todo o mundo, além da reciclagem de conhecimentos. *“Isso nos permite avaliar, redimensionar, renovar e enriquecer nossas ações. Também nos permite participar de debates de temas não apenas circunscritos ao movimento sindical, o que nos faz apurar ainda mais a nossa consciência cidadã, com a revisão de muitos dos nossos conceitos. Em suma, o Fórum oferece um amadurecimento profundo em tempo célere”*, afirmou. Ele entende que a troca de experiências é extremamente valiosa, visto que os temas abordados fazem parte da nossa rotina diária de trabalho ou das expectativas enquanto trabalhadores do Judiciário Federal. As discussões de aspectos objetivos dos temas oferecem mais e melhores instrumentos para ações imediatas, como é o caso claro do assédio moral. Já os temas de caráter mais amplo fazem refletir e planejar ações de longo prazo.

Já a coordenadora de Formação Política e Políticas Sociais do SINDJUBE, Denise Carneiro, ressaltou a relevância da participação do sindicato em um evento dessa

amplitude, uma vez que é uma entidade organizada para representar o coletivo de trabalhadores da sua categoria e criada a partir da consciência de que, sozinho, o trabalhador dificilmente verá ampliado ou até mesmo respeitado os seus direitos. Da mesma forma, o Sindicato sozinho também tem dificuldades nesse mundo cada vez mais globalizado. Para Denise, *“é preciso sempre a união de todos os segmentos organizados dos trabalhadores para estudarem e lutarem por melhores condições de trabalho, salário e outras reivindicações gerais também importantes, que se relacionam com a população de*



*modo geral”*. E prossegue: *“não podemos esquecer que, antes de sermos trabalhadores do poder judiciário, somos ‘trabalhadores’ e cidadãos e temos que nos preocupar ainda com questões ambientais”*. Denise defende que eventos como o FSM sempre contribuem para o crescimento político de quem participa, municinando-os para a conquista de reivindicações, sejam elas específicas ou gerais.

Participaram ainda do FSM a coordenadora de Condições de Trabalho e Saúde Ocupacional, Teresa Rodrigues, e a coordenadora Social, Esporte e Cultura, Aline Esquivel.

## ENCONTRO DE TRABALHADORES

A participação dos representantes do SINDJUBE não se restringiu apenas aos eventos do FSM. Eles também participaram do Encontro de Trabalhadores do Judiciário do Cone Sul, promovido pela Federação Nacional dos Trabalhadores do

Judiciário Federal e Ministério Público da União (FENAJUBE), realizado no dia 28 de janeiro, na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Na ocasião, discutiu-se assédio moral, integração regional e modelos de Justiça.

O I coordenador-geral do SINDJUBE e coordenador jurídico e parlamentar da FENAJUBE, Rogério Fagundes, foi um dos palestrantes do encontro e, juntamente com representantes de trabalhadores do Judiciário da Argentina e Uruguai, apresentou o painel sobre modelos de justiça. Em sua fala, destacou que modelos internacionais propostos em várias instâncias pretendem a manutenção da economia neoliberal, de modo que interesses econômicos prevaleçam sobre os interesses do cidadão. Também apontou que a morosidade é o principal problema da justiça brasileira. Somado a ela, a dificuldade de acesso e a impunidade geram descrédito e insatisfação popular.

Como caminhos para uma solução, Rogério Fagundes salientou que os agentes do Judiciário precisam buscar alternativas para alcançar a democracia, a independência e autonomia financeira, desvinculando seus julgamentos do entendimento econômico vigente. *“É preciso fazer um mergulho nos anseios sociais dos povos. É preciso uma reforma que garanta a celeridade processual e o acesso aos direitos”*, afirmou.

## DESCENTRALIZAÇÃO

Em 2010, o Fórum Social Mundial vai ocorrer de forma descentralizada, sem uma cidade sede. Para 2011, a África e o Oriente Médio são os prováveis candidatos, mas os Estados Unidos também podem estar na lista.

Uma agenda mundial de mobilizações também foi anunciada pela representante do Fórum Social Europeu, a italiana Rafaela Bolini, e inclui protestos durante a reunião do G-8, em maio, na Itália, durante a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em dezembro, na Dinamarca, e até no aniversário de 60 anos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em abril.

# Quem deve pagar pela crise é quem a causou

Por Denise Carneiro\*

A nova e devastadora crise econômica mundial se alastra em todo o mundo, como sempre atingindo as camadas menos abastadas da população de todos os países que apostaram na globalização como única forma de interrelação comercial e econômica.

Estamos próximos ao Dia Internacional da Mulher e esse debate não está pautado nas mesas dos nossos eventos. Mas ele atinge todos os trabalhadores e mais severamente as mulheres. Ele será abordado aqui de forma concisa, para tentarmos colocar alguns pontos que não são abordados pela grande imprensa, enfatizando a dramaticidade da questão de gênero que se reforça ainda mais duramente em momentos de crise.

Primeiramente, é necessário esclarecer:

1. O Brasil está sentido sim – e fortemente – os efeitos dessa crise. Por mais que se tente negar, os trabalhadores estão perdendo os empregos, não estão conseguindo vender bens, estão pagando altas taxas de juros etc. A forma com que o governo brasileiro está tentando reagir à crise mostra, mais uma vez, que o Estado capitalista está a serviço das grandes empresas. Prova disso são o reforço nos cortes de gastos públicos, saúde, educação,

previdência e os gastos com políticas sociais específicas para poder acumular mais dinheiro e salvar bancos, montadoras etc.

A Lei Maria da Penha, por exemplo, teve um corte de 40% no ano passado para sua implementação prática e espera um corte maior neste ano. O investimento em creches públicas idem. Aumento para funcionalismo? Apenas o que já foi aprovado e sem se afirmar com certeza que virá.

2. Essa não é a primeira crise que atravessaremos, pois o capitalismo é essencialmente um sistema que se alimenta de crises. Poderíamos dizer que um não vive sem o outro.

O gráfico do capitalismo é expresso em ondas. Sempre depois do seu ápice, vem a queda. E aí está a grande falácia do liberalismo: pregam o Estado mínimo, mas sempre chamam os governos para intervirem quando o cenário é de crise. Isso é que chamamos socialização dos prejuízos! Mas os lucros ficam sempre nas mesmas mãos.

Nossos impostos fazem o lastro para amortecer o prejuízo dos grandes conglomerados financeiros e industriais. O governo está pagando salário (com o nome de “seguro-desemprego”) dos empregados das montadoras, que

reduziram drasticamente a produção de veículos para o preço do automóvel não cair e, junto com ele, os seus lucros. A maquiagem de redução de valor se deve apenas à redução de impostos. E ainda se aproveitam do momento para cobrar mais flexibilização nas leis trabalhistas com redução de salários.

Ou seja, mais uma vez fica provado que são os trabalhadores que pagam pela crise. Dentre eles, ainda há situações mais cruéis como a das mulheres cujos empregos e condições de trabalho (creche, políticas públicas etc.) estão mais vulneráveis à instabilidade do mercado. Também não se pode minimizar os efeitos do desemprego que traz consequências nefastas à estrutura familiar, agravando situações de violência contra mulheres e crianças.

Acreditamos que a organização dos trabalhadores é essencial no debate sobre a forma de o País reagir à crise defendendo o emprego, os direitos sociais, as condições de trabalho, manutenção das políticas públicas, redução das taxas de juros, redução da jornada de trabalho sem redução de salários etc., invertendo a lógica atual de fazer com que os trabalhadores paguem pelo que não causaram!

\*Denise Carneiro é coordenadora de Formação Política e Políticas Públicas.

*“O mundo não será o mesmo passada a crise atual. Abre-se, com ela, uma gigantesca disputa – de interesses e de interpretações – sobre o seu significado e sobre as lições a tirar dela. O Norte busca rearticular-se para defender-se das suas evidentes responsabilidades e tratar de impor suas soluções, exportando grande parte das suas conseqüências negativas. Resta ao Sul do mundo – e à América Latina em particular – saber defender nossos interesses, projetar nossa visão sobre o sentido dessa crise e colocar em prática políticas de superação do neoliberalismo e de criação de um mundo multipolar e pós-neoliberal”.*

**Emir Sader – Sociólogo**

Portal Carta Maior, 19/10/2008

## Adeus a Almir Neto



É com extremo pesar que o SINDJUBE registra o falecimento do companheiro **Almir Gonçalves Martins Neto**, Técnico Judiciário do TRT, fatalidade que aconteceu no dia 10 de fevereiro, no hospital da Cidade.

Desde 1989, Almir trabalhava no serviço de pagamento. Em 2002, passou a ocupar a Secretaria de Informática. Além de uma pessoa alegre e querida por todos, era um servidor atuante que sempre esteve pre-

sente nas lutas e vitórias do sindicato em nome da categoria.

Familiares e amigos deram o último adeus ao companheiro no Cemitério Bosque da Paz, depois da celebração da Missa de Corpo Presente. O SINDJUBE, amigos e trabalhadores do Poder Judiciário Federal lamentam o ocorrido e oferecem aos familiares os mais estimados préstimos.

O companheiro Almir foi um parceiro do Sindicato, participando ativamente das nossas atividades e greve, ajudando a fazer um Judiciário melhor. Valeu, companheiro eterno de luta!!!


**SINDJUBE-BA**  
Informações do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Brasil

**Editado sob responsabilidade da Diretoria do SINDJUBE-BA**

Tel/Fax: (71) 3241-1131 / 3241-2027  
 Rua Prado Valadares, 22 - Nazaré - Salvador - Ba  
 CEP. 40055-070 - E-mail: [sindjufeba@sindjufeba.org.br](mailto:sindjufeba@sindjufeba.org.br)

Site: [www.sindjufeba.org.br](http://www.sindjufeba.org.br)

Editoração Eletrônica: Lucca Duarte  
 Impressão: Gráfica e Editora Salvador - 3321-4183  
 Tiragem: 4.000 exemplares